



ACÓRDÃO Nº2194/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11878/2018.

Apensos: Processos nºs 10133/2019 e 14947/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

4- Exercício: 2017

5- Responsável: Vinicius Diniz Souza dos Santos (Ordenador de Despesa), João Leonel de Brito Feitosa (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Juarez Frazão Rodrigues Júnior - OAB/AM 5851.

7- Unidade Técnica: DICA.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4333/2021-PGC-MPC, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN.
Exercício de 2017.

*Irregularidade. Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Arquivamento. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. João Leonel de Brito Feitosa**, Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, no exercício 2017, período de 01/01 a 03/10/2017, em conjunto com o art. 22, inciso III, b da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, c/c o art. 188, §1º, Inciso III, b, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE.

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do **Sr. Vinicius Diniz Souza dos Santos**, Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, exercício 2017, período de 09/10 a 31/12/2017, em conjunto com o art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, c/c o art. 188, §1º, Inciso II da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, considerando que as impropriedades são de natureza formal sem danos ao erário.

10.3. Aplicar multa ao **Sr. João Leonel de Brito Feitosa**, Diretor



ACÓRDÃO Nº2194/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, exercício 2017, período de 01.01.2017 à 03.10.2017, no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, com base nos termos do art. 54, Inciso II da Lei Orgânica LO/TCE nº 2.423/1996 c/c art. 308, Inciso VI, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, mencionado no relatório voto, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN que:

- a)** Providencie ações para a realização de Concurso Público para o provimento dos cargos do DETRAN/AM.
- b)** Providencie ações para que se forneça todos os comprovantes de abastecimentos e respectivas requisições dos veículos pertencentes ao órgão, alugados ou à disposição, contendo o nome do motorista e o registro da quilometragem do veículo.
- c)** Determine que conste nos processos administrativos de contratação de compras e serviços as respectivas certidões negativas, e fiscal de contrato, conforme estabelece a Lei de Licitações.
- d)** Promova ações para atualização do Regimento Interno e criação da Lei de Cargos e Salários para os servidores do DETRAN/AM.
- e)** Promova ações para o melhor funcionamento do Controle Interno no



ACÓRDÃO Nº2194/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

DETRAN/AM, devendo observar o art 12º, do anexo único da Resolução TCE/AM nº 9/2016.

f) Promova ações para o reconhecimento da Depreciação dos Bens móveis e imóveis do DETRAN/AM, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

g) Promova ações para o reconhecimento patrimonial de todas as contas bancárias e bens patrimoniais pela contabilidade do órgão, inclusive os bens leiloados e seu registro no AFI.

h) Providencie ações para a regularização documental dos veículos do DETRAN/AM.

i) Providencie ações para adequação ao limite de quantitativo de estagiários ao contido no item IV, art. 17, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

10.5. Arquivar o presente processo por perda de objeto.

10.6. Dar ciência ao Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e demais interessados desta decisão.

11- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de dezembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral